

economia - Brasil Crescimento em 2000 de até 4%

■ Economistas crêem que só reformas darão confiança à população e aos investidores

UGO BRAGA

BRASÍLIA – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) até 4%, inflação entre 4% e 6% de janeiro a dezembro, superávit comercial de cerca de US\$ 4 bilhões, com taxa de juros na casa dos 15% ao ano, a mais baixa desde 1996. É o cenário da economia brasileira do ano 2000, montado pelo ex-ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira. Para ele, que atualmente trabalha como consultor para a maior corretora de valores do mundo, a Merrill Lynch, o Brasil não está longe de atingir esses números. “É só não se deixar trair pela fogueira das vaidades.”

Chama de “fogueira das vaidades” o vaivém político do governo, que patina de crise em crise e praticamente paralisou o andamento das reformas no Congresso. Para ele, o ajuste fiscal do jeito que está hoje permite um bom desempenho econômico no próximo ano. Mas não é sustentável a longo prazo. “Atualmente, só temos visibilidade até o ano 2000”, diz.

O ajuste de contas no setor público é fundamental, defende Márcilio. Já começa a se formar no mercado financeiro uma certa descrença de que o governo federal siga firme em seu propósito de gastar dentro do que a receita lhe permite – sentimento que foi reforçado pelo anúncio, na sexta-feira, de que o Tesouro e a Previdência Social gastaram R\$ 796 milhões a mais do que arrecadaram em maio. “É preciso que se retome o ritmo da discussão, no Con-

gresso, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da segunda reforma da previdência, da regulamentação da reforma administrativa e até de mudanças nas leis do trabalho.”

Outro ex-ministro da Fazenda, Márlson da Nóbrega, concorda com a teoria. Diz que é possível que o cenário econômico do próximo ano melhore consideravelmente. Mas, até lá, é preciso que o governo dê andamento às reformas, que, segundo ele, se “transformaram em objetivos móveis”. “O Mussa (Demes, deputado federal pelo PFL-PI, relator da reforma tributária) prometeu entregar um relatório em junho, mas já adiou para agosto”, protesta. “Isso pode criar uma percepção de falta de reformas, o que iniciaria uma nova crise de credibilidade.”

Márlson está tão desconfiado quanto o mercado financeiro na disposição do governo federal em liderar o ajuste fiscal do setor público. Tanto que sua empresa, a Consultoria Tendências, uma das maiores do país, ainda não começou a traçar cenários macroeconômicos para o próximo ano. “Existem nuvens carregadas sobre o ano 2000”, afirma, precavido.

Tão ilustre quando os dois ex-ministros, o economista Carlos Eduardo de Freitas, diretor da Fundação Getúlio Vargas, faz outras contas para a economia do ano 2000. Segundo ele, com boa vontade do governo na área fiscal, o setor privado pode financiar os investimentos na formação de capital fixo (fábricas, estradas, obras de infraestrutura) sem problemas.